



# CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

PARECER JURÍDICO Nº 03/2023

## DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2022

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO E ELABORAÇÃO DE PRÓCESSAMENTO DE DADOS DA FOLHA DE PAGAMENTO, PREENCHIMENTO E ENVIO DAS INFORMAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023 (DCTFWEB/EFD-REINF CP/E-SOCIAL), PREENCHIMENTOS E ENVIO DA DIRF E RAIS, PARA ATENDER OS SERVIÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE/SE.

A Câmara Municipal de Poço Verde, em atenção ao que dispõe o art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, encaminhou à assessoria jurídica desta Câmara Dispensa nº 011/2022 para exame e emissão de parecer jurídico.

Considerando que cabe a Assessoria Jurídica analisar todas as minutas de editais, contratos, acordos, convênios e ajustes a serem realizados pela Administração Pública, manifesta-se este assessor acerca do procedimento de contratação de empresa para prestação de serviços de execução e elaboração de processamento de dados da folha de pagamento, preenchimento e envio das informações previdenciárias de janeiro a dezembro de 2023 (DCTFWEB/EFD-REINF CP/E-SOCIAL), preenchimentos e envio da DIRF e RAIS, com a finalidade de atender a demanda da Câmara Municipal, mediante Processo de Dispensa, conforme preleciona o Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, em sua edição atualizada.

Sobre a hipótese legal de dispensa de licitação aplicável ao caso concreto, cita-se a previsão do art. 24, inciso II da Lei nº 8666/93, *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Analisando os documentos acostados aos autos, verificamos que a referida dispensa de licitação se adequa ao disposto legal, vez que estão comprovados o nexo entre a natureza da instituição e o objeto contratado, bem como a compatibilidade com os preços de mercado.

A administração, mediante o procedimento de dispensa cuidou de quebrar a rigidez do processo licitatório para casos especiais sem desprezar os princípios da moralidade e isonomia.

João Bosco Freitas Lima  
ADVOGADO  
OAB/SE 2927

Avenida Epifânio Dória, 18  
Centro • CEP: 49.490-000  
CNPJ: 32.741.571/0001-73  
www.camarapocoverde.se.gov.br  
(79) 3549-1454  
cmpverde.se@bol.com.br





# CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Do exposto, pautando-me nas informações e documentos trazidos aos autos **OPINO** pela **REGULARIDADE** do procedimento, até o presente momento, desde que cumpridos os requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Salvo melhor Juízo;

É o Parecer.

Poço Verde/SE 02 de janeiro de 2023.

  
**JOÃO BOSCO FREITAS LIMA**  
**ADVOGADO – OAB/SE. 2927**